

FORMAÇÃO DA FRENTE DE EXPANSÃO, FRENTE PIONEIRA E FRONTEIRA AGRÍCOLA NO OESTE DA BAHIA

Formation of expansion front, pionner front and agricultural frontier in the West Bahia

Crisliane Aparecida Pereira dos Santos*
Edson Eyji Sano**

***Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IX**
Departamento de Ciências Humanas - DCH
Rodovia BR 242, km 04 – Barreiras, Bahia, Brasil – CEP: 47800-000
crispereira@uneb.br

****Embrapa Cerrados**
Rodovia BR 020, km 18 – Brasília, Distrito Federal, Brasil – CEP: 73310-970
sano@cpac.embrapa.br

RESUMO

A Frente de Expansão é tratada como sendo o primeiro momento de ocupação do espaço, enquanto que a Frente Pioneira constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, tradicionais e esvaziadas de população. A Fronteira Agrícola pode ser entendida como uma área potencial para expansão das ocupações agropecuárias, acompanhada por sucessivas aplicações de capital e tecnologia. Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir a formação da fronteira mediante a unificação da Frente de Expansão, Frente Pioneira e a Fronteira Agrícola como forma de explicação do processo de ocupação do Oeste da Bahia. Os resultados apontaram que a baixa densidade populacional em 1985 revelou um vazio demográfico existente na época e que as mudanças do perfil de produção, tanto das lavouras agrícolas quanto da atividade pecuária, são reflexos dos investimentos em capital e tecnologia no campo. Além do que, observou-se uma falta de uniformidade no grau de modernização entre as distintas microrregiões, como também entre os municípios de cada microrregião.

Palavras-chave: Fronteira. Modernização agropecuária. Tecnologia e capital.

ABSTRACT

The Expansion Front is treated as the first moment of occupation of space, while the Pioneer Front is the opposite of the environment to the regions old, traditional and population emptied. The Agricultural Frontier can be understood as a potential area for expansion of agricultural occupations, accompanied by successive applications of capital and technology. Thus, the aim of this paper is to discuss the formation of the frontier by unifying Expansion Front, Pioneer Front and Agricultural Frontier as an explanation of the occupation of Western Bahia process. The results showed that the low population density in 1985 revealed a demographic empty existing at the period and that changes in the profile of production, both agricultural crops as livestock activity, are reflections of investments in capital and technology in the field. In addition, there was a lack of uniformity in the degree of modernization among the different microrregions, as well as between the municipalities of each microrregion.

Keywords: Frontier. Modernize agriculture. Technology and capital.

1 INTRODUÇÃO

Entre o séc. XVI até meados do séc. XX, a economia do Oeste da Bahia tinha, como principal alicerce, a pecuária extensiva, proveniente da interiorização do gado e a agricultura de subsistência, desenvolvida nas áreas de baixada recém-ocupadas (SANTOS, 2008).

No final do séc. XX, especialmente a partir da década de 1970, o processo de migração sulista (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), estimulado pelo programa governamental PRODECER II (Programa de cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), contribuiu para a formação e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia (HAESBAERT, 1995).

Com o apoio e participação direta do Estado, a expansão da Fronteira Agrícola se deu a partir da primeira metade da década de 1980, sendo o espaço do Oeste da Bahia modelado, segundo SANTOS et al. (2010), em função das seguintes características: (i) disponibilidade de terra barata e em abundância; (ii) topografia propícia à mecanização agrícola; (iii) crédito subsidiado; (iv) introdução de vias de acesso aos centros consumidores, pela implantação da infraestrutura; e (v) apropriações ilícitas de terras associadas às violências disparadas contra os antigos ocupantes (Frente Pioneira).

O termo Fronteira, de modo algum, poderá ser resumido simplesmente em fronteira geográfica. Na visão de Martins (2009 p.11) ela pode ser “uma fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nele se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões do mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem e, sobretudo, fronteira do humano”.

Previamente à abordagem de fronteira agrícola há de se discutir o significado das Frentes de Expansão e Pioneira. A Frente de Expansão é tratada como sendo o primeiro momento de ocupação do espaço, o que se expressa sob a existência de um vazio demográfico (MARTINS, 1975) e conseqüentemente um deslocamento da “população civilizada” para estes espaços (MARTINS, 2009). Já a Frente Pioneira imprime uma ideia “[...] que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais que [...] convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (MARTINS, 2009 p.11-12).

Assim, como o ocorrido no Estado de Goiás (MIZIARA, 2000), o período da Frente de Expansão no Oeste da Bahia também pode ser dividido em dois momentos: o primeiro momento está marcado pela presença de expedições à procura de índios e de busca de pedras preciosas por bandeirantes. Enquanto que o segundo pode ser entendido pelo processo de migração sulista para estas regiões.

A Frente Pioneira, no Oeste da Bahia, ocorreu em função das seguintes etapas (SANTOS FILHO, 1989; HAESBAERT, 1995; SEI, 2003; SANTOS, 2007; MONDARDO, 2010): (i) construção, em 1940, do aeroporto internacional de Barreiras; (ii) instalação em 1943 de uma agência do Banco do Brasil na cidade de Barreiras; (iii) criação de 14 novos municípios no Além do São Francisco, durante 1958 a 1962, sendo eles, Baianópolis, Canápolis, Cristópolis, Cocos, Coribe, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho; (iv) criação de Brasília em 1960 que abre possibilidade de desenho dos eixos da malha viária regional; (v) instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) em 1969, com sede em Barreiras, para a implantação da infraestrutura viária com a construção das estradas BR-242 e BR-135 e, (vi) criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) pela Lei 6.088/1974, uma agência de desenvolvimento regional com vistas a estabelecer articulações entre o setor privado e o Governo Federal, por meio de implantação de programas de desenvolvimento da agricultura irrigada e da agroindústria.

A Fronteira Agrícola pode ser entendida como um local de descoberta e de desentendimento entre a cultura e a natureza, cujo retrato é a “degradação do outro” que viabiliza uma relação social de domínio e exploração, com geração de conflitos sociais (MARTINS, 2009).

Numa busca de melhor definição, Miziara (2000) elabora um modelo teórico em que a fronteira agrícola pode ser entendida como uma área potencial para expansão das ocupações agropecuárias, com mudança no padrão tecnológico e, aliado a massivas inversões de capitais. Nesta perspectiva, a variável tecnologia apresenta-se fortemente relacionada aos níveis de investimentos (SANTOS, 2010).

O referido modelo teórico unifica a expansão da Fronteira por meio da Frente de Expansão, Frente Pioneira e Fronteira Agrícola, mediante a articulação das variáveis tecnologia e capital com as variáveis naturais do solo, por meio da teoria da Renda diferencial de Karl Marx, onde explica que o investimento por parte do capitalista individual pode acontecer por duas razões: a primeira, pela exploração de áreas naturais, menos valorizadas (Renda Diferencial I) ou pela intensificação do uso do solo por investimento de capital na mesma área e mudança no padrão tecnológico (Renda Diferencial II) (ANACLETO e MIZIARA, 2006; MIZIARA e FERREIRA, 2008).

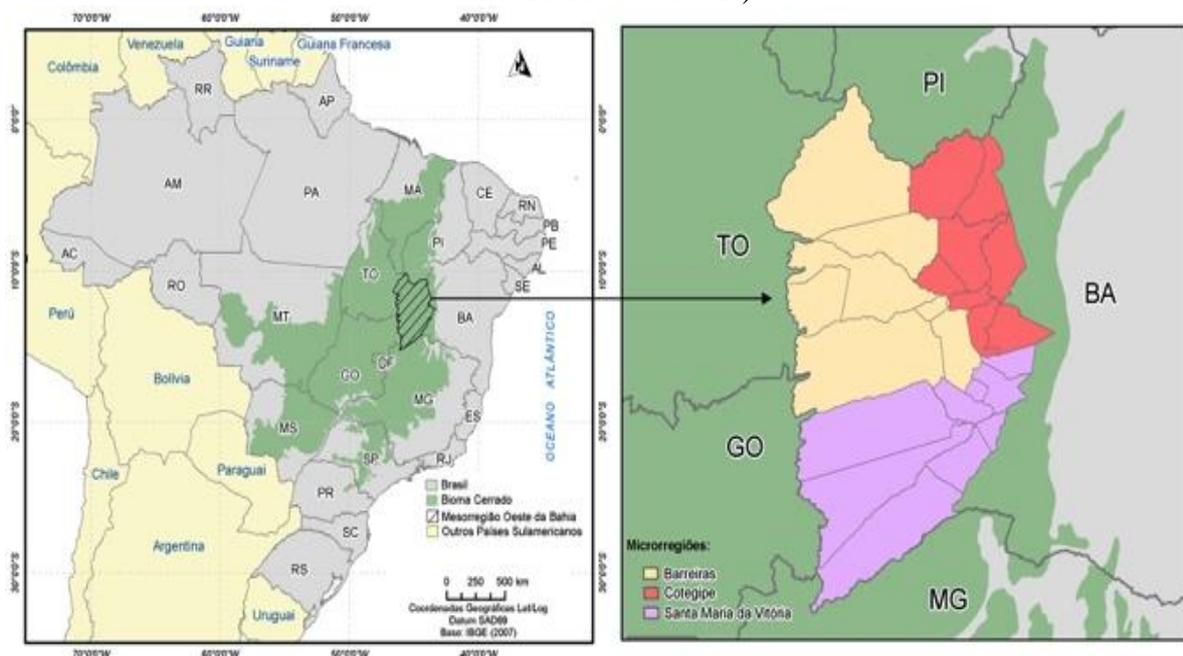
Este modelo revela que a avaliação do agente econômico (o capitalista) é caráter essencial na definição de áreas prioritárias de investimento e de mudanças no padrão tecnológico. Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir a formação da fronteira mediante a unificação da Frente de Expansão, Frente Pioneira e a Fronteira Agrícola como forma de explicação do processo de ocupação do Oeste da Bahia.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de estudo

A mesorregião Oeste da Bahia abrange uma superfície de 117.000 Km² e encontra-se localizada entre as coordenadas -10,05° e -15,30° de latitude Sul e entre -43,25° e -46,70° de longitude Oeste (Figura 1).

Figura 1 – Localização da mesorregião Oeste da Bahia e suas microrregiões (Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória)



Três microrregiões (Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória) e 24 municípios compõem a mesorregião: Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (microrregião de Barreiras); Angical, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley (microrregião de Cotegipe); e Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe e Serra Dourada (microrregião de Santa Maria da Vitória) (SANO et al., 2011), cuja população total é de 568.176 hab., correspondente a 4 % da população do estado da Bahia (SANTOS et al., 2012).

A pesquisa foi conduzida junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de dados secundários, produzidos pelos Censos Agropecuários de 1970 a 2006 e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Frente de expansão e a ocupação dos vazios demográficos

Entre os períodos de 1970-1991 houve aumento expressivo do crescimento populacional da microrregião Barreiras que passou de 67.964 para 164.414 habitantes (142%). Durante 1970-1980 esta região apresentou um crescimento de 46,15% e de 65,52% para 1980-1990, sendo este último, o período mais significativo da ampliação de habitantes. Após 1991, observa-se ainda crescimento da população, porém em menores proporções, sendo que os períodos 1991-2000 e 2000-2010 representam apenas 25,5% e 39% do crescimento populacional, respectivamente.

A microrregião Cotegipe apresentou um padrão do crescimento populacional similar à microrregião Barreiras, para 1970-1991 (46,4%), onde a população saiu de 75.772 para 110.899 habitantes. O período 1991-2000 ficou caracterizado por apresentar uma pequena retração demográfica (-0,05%), voltando a crescer a partir de 2000-2010, porém em proporções bastante inferior às décadas anteriores (3,6%).

Embora não se tenha percebido um crescimento expressivo da microrregião Santa Maria da Vitória, esta se manteve como a mais populosa, dentre as demais, durante todo o período de 1970-1990, cuja população saiu de 135.596 para 174.908, um crescimento de 29%. No entanto, a partir de 1990, assim como as demais microrregiões, a população diminuiu seu ritmo de crescimento para os anos 1990-2000 (2,1%), com perdas migratórias em 2000-2010 (-0,13%).

Tais perdas de crescimento ou redução expressivas podem ser avaliadas pelo o avanço da fronteira agrícola na microrregião Barreiras, pois apesar dos baixos ritmos de crescimento para a mesorregião Oeste da Bahia durante este período, esta microrregião foi a que apresentou as maiores taxas de crescimento, mesmo em ritmos mais lentos que os anteriores à 1990, o que reflete a existência de um fluxo migratório ocorrendo em sua direção, responsável pela existência de um crescimento vertiginoso a partir de 1980.

Até o final de 1970 a população rural representava 81% da população da região Oeste da Bahia. Durante a década de 1980, período marcado pela chegada da fronteira agrícola, 70% da população total viviam em área rural (Figura 2).

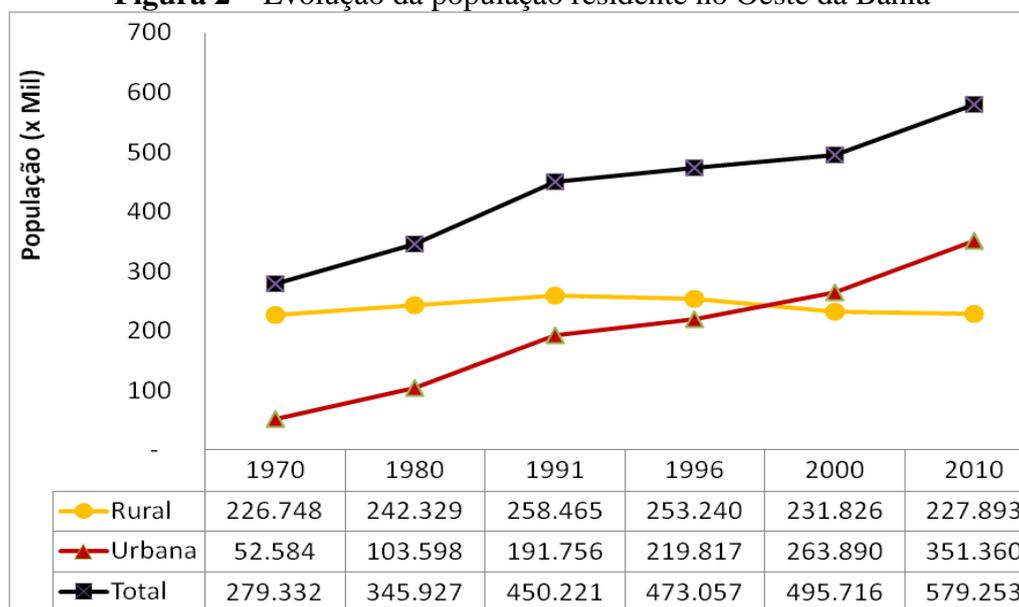
Este ponto é crucial para se observar as mudanças ocorridas nos espaços urbanos e rurais pós chegada da fronteira. Claramente é visível que houve um estreitamento da população rural, acompanhado de um crescimento da população urbana de 70% durante o ano 1970-1980.

Este incremento foi direcionado para a evolução urbana ocorrida no município de Barreiras, local de significativa imigração de sulistas que, em sua grande maioria, estavam em busca de terras baratas e em abundância, e de imigrantes nordestinos que estavam atraídos pelas ofertas de emprego.

Os dados demográficos apresentados, confirmam que a Frente de Expansão foi a primeira ocupação territorial com produção dominante não-capitalista, cujas terras eram consideradas livres,

sem ocupação, as quais foram ocupadas mediante doações da colônia portuguesa, nascendo aí a figura do ocupante.

Figura 2 – Evolução da população residente no Oeste da Bahia



Fonte: IBGE/Censos Agropecuários (1970-2006)

Além deste caráter, é perceptível que a introdução da agricultura moderna provocou alterações significativas nos padrões da estrutura demográfica nas microrregiões. Apesar desse aumento populacional não esclarecer o acontecimento da Frente de Expansão, ainda assim, é o indicador que melhor acusa a sua existência (VELHO, 1972, apud ANACLETO & MIZIARA, 2006).

3.2. Frente pioneira e a ocupação do Oeste da Bahia

A maior ocupação do Oeste da Bahia ocorreu, de maneira mais intensa, a partir da década de 1980, para as microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória. Entre os anos de 1970 a 2006 a microrregião Barreiras foi a que apresentou maior ocupação do espaço agrícola, com área de 122.483 ha em comparação aos 68.502 ha para a de Santa Maria da Vitória.

A Tabela 1 demonstra a relação, em porcentagem, entre a área ocupada pelos estabelecimentos e a área total dos municípios (km²) da microrregião Barreiras. Analisando a ocupação desta microrregião durante a década de 1970, observa-se que os municípios de Riachão das Neves e Barreiras foram os que demonstraram maiores índices de ocupação agrícola.

Tabela 1 – Relação entre a área dos estabelecimentos agropecuários e a área total dos municípios (km²) da microrregião de Barreiras

Município	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Baianópolis	7,0	21,0	39,3	35,8	52,6	44,4
Barreiras	8,4	12,6	60,1	62,1	70,5	46,2
Catolândia	5,5	40,8	66,0	66,0	45,6	46,9
Formosa do Rio Preto	6,4	8,2	20,9	64,4	49,2	35,7
Riachão das Neves	13,5	34,4	74,5	42,8	44,4	50,4
São Desidério	1,9	10,5	37,1	49,9	51,6	53,8

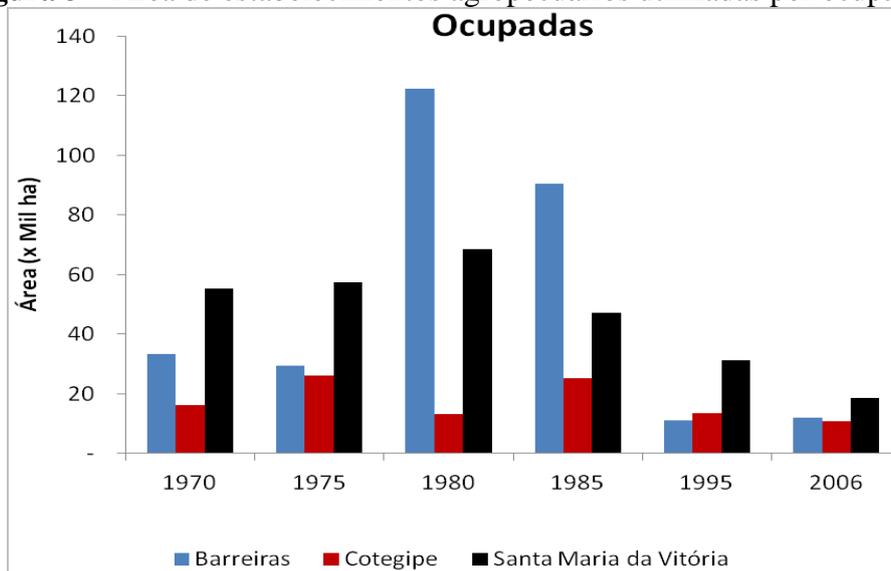
Fonte: IBGE/Censos Agropecuários (1970-2006)

Entretanto, entre 1980-1985 percebeu-se incremento da ocupação a todos os municípios, com exceção de Riachão das Neves que teve uma retração de 42,6 %. Tal resultado foi proveniente da existência de infraestrutura como estradas, que possibilitou a aproximação aos grandes centros econômicos, como Brasília e Goiânia.

A significativa ocupação do município de Formosa do Rio Preto ocorreu somente a partir da década de 1980, especificamente no ano de 1985, cujo município apresentou índice de ocupação de 64,4%, o que reflete uma ocupação mais recente em comparação aos demais.

A microrregião Barreiras foi a que evidenciou maior crescimento na categoria de ocupante durante o período de 1970 a 1985, cuja área de estabelecimento saiu de 33.319 ha para 90.442 ha, um aumento de 171%. Entre 1985 - 2006 houve uma redução da área ocupada para as três microrregiões envolvidas: Barreiras (87%), Santa Maria da Vitória (61%) e Cotegipe (58%) (Figura 3).

Figura 3 – Área de estabelecimentos agropecuários utilizadas por ocupantes



Fonte: IBGE/Censos Agropecuários (1970-2006)

De 1970-1980, a ocupação pela pecuária extensiva, isenta de relação capitalista, representou o primeiro momento da ocupação nos Cerrados baianos, evidenciando a existência da Frente de Expansão. O incremento da categoria ocupante durante este período de análise pode ser analisada sob o prisma da Lei das Terras em 1850, cujo pré-requisito a sua posse se configurava além da moradia, do estabelecimento de uma atividade agropecuária, razão pelo qual se observa a pecuária extensiva como principal atividade.

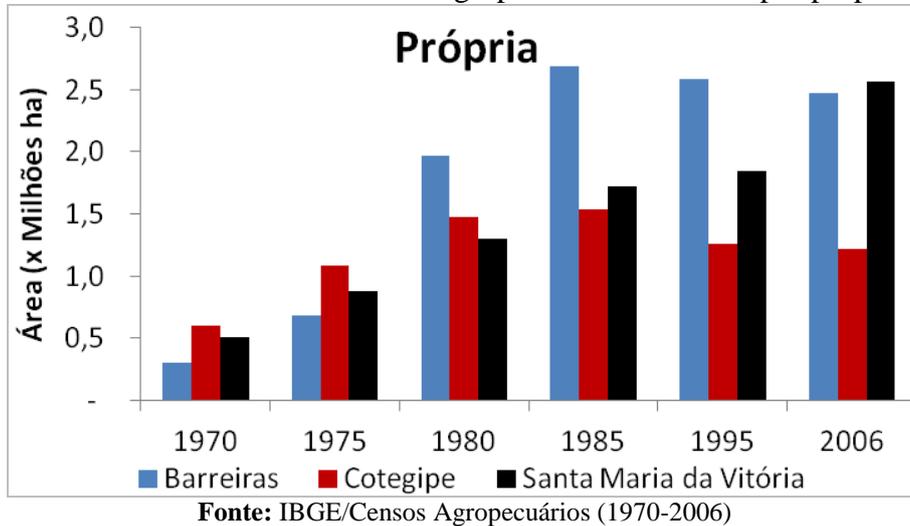
A pecuária era mais um garantia de posse na terra, para posterior legalização, do que a obtenção de produção, propriamente dita. Destaca-se que nesta etapa, a apropriação fundiária se baseava, conforme Anacleto e Miziara (2006) na posse da terra, na fixação de moradia, na ocupação pela pecuária e/ou agricultura de subsistência e nas declarações pela vizinhança sem, no entanto, possuírem alguma documentação comprobatória de legitimidade da terra.

As áreas ocupadas pelos produtores proprietários aconteceram de maneira evolutiva desde 1970, porém, foi em 1980 a sua fase áurea de incorporação de novas áreas. As maiores incorporações ocorreram durante os anos de 1970 a 1985, sendo mais acentuada na microrregião Barreiras (784%), quando comparada a Santa Maria da Vitória (240%) e a Cotegipe (155%) (Figura 4).

O crescente número de proprietários rurais, responsáveis pela ocupação dos vazios demográficos, pode ser entendido como um reflexo da política de ocupação da fronteira agrícola

ocorrida na década de 1980, que, além da valorização da terra pelos incentivos fiscais e creditícios, implantou-se uma infraestrutura física e institucional, conectando a malha rodoviária a Brasília e ao Nordeste (BR-020, BR-242 e BR-135), o que fez atrair diversos investidores e/ou produtores rurais de outras fronteiras agrícolas consolidadas.

Figura 4 – Área de estabelecimentos agropecuários utilizadas por proprietários

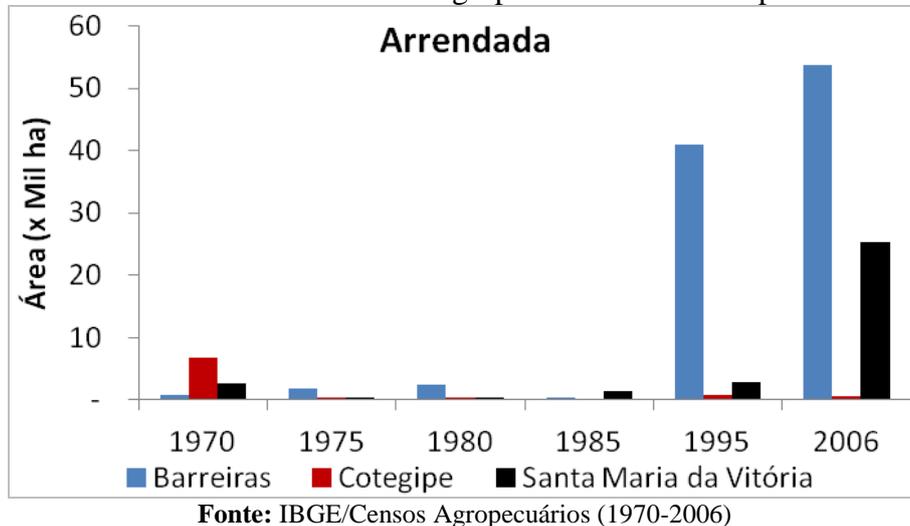


O aumento da área ocupada pelos proprietários, a partir de 1980, marca o início da ruptura de antigas relações de trabalho (ocupantes) para a (re) construção de uma nova relação (proprietários), haja vista que a exclusão dos ocupantes vem em função da inexistência da posse capitalista da terra, isto é, de elevado capital necessário para investir na expansão de sua produção a níveis competitivos.

O incremento dos proprietários ocorreu em detrimento da expulsão dos ocupantes de suas terras, perante o novo modelo de desenvolvimento no campo e retrata o marco da Frente Pioneira na região, demonstrada pelo avanço das relações capitalistas sobre a propriedade privada da terra.

Quanto à condição de arrendatário esta reapareceu com maior significância durante os anos de 1995 a 2006, cuja taxa de ocupação foi de 32%, bastante superior à taxa de ocupação pelos proprietários, que para este período, apresentou uma leve queda de incorporação de área (4,1%), muito embora, a área dos estabelecimentos agropecuários na categoria proprietários represente em média 98% da área arrendada para a microrregião Barreiras (Figura 5).

Figura 5 – Área de estabelecimentos agropecuários utilizadas por arrendatários



Ressalta-se, portanto, que o arrendamento ressurgiu, em caráter capitalista, somente após a consolidação da fronteira agrícola, para assim atender os interesses dos grandes proprietários fundiários em aumentar os investimentos em terras a fim de expandir suas áreas de produção, sobretudo de regiões ligadas a produção de grãos.

A Frente Pioneira avançou em terras ocupadas pelos posseiros ou ocupantes. É importante destacar que este avanço ocorreu de forma mais intensa em áreas de ocupantes, cuja posse não se encontrava consolidada, do que em propriedade privada, haja vista a inexistência de títulos da terra, ou algum documento que legitimasse a posse da terra, o que fragilizou ainda mais a posse das terras pelos ocupantes e/ou posseiros, tornando-os alvos fáceis tanto para os grileiros, vistos como o “atravessador e especulador” das terras, quanto para os grandes latifundiários e empresas capitalistas. Por esta razão, este momento da ocupação ocorreu mediante a grilagem das terras, representado pela figura do grileiro, cuja presença caracteriza a passagem da Frente de Expansão para Frente Pioneira.

Todo o processo de ocupação ocorrido na Frente Pioneira, marcada pela presença de novas relações capitalistas de produção, foi proveniente da destruição de toda e qualquer forma de ocupação, baseada em relações não capitalistas, durante a Frente de Expansão. Este fato demonstra que deve haver a expropriação das relações não capitalistas para a implementação da fronteira agrícola, que se desenvolve, apenas, sobre relações puramente capitalistas.

Essa ocupação parece ter sido facilitada pelos objetivos do programa de ocupação do Cerrado baiano, visto que a grilagem de terras no Oeste da Bahia fazia parte da viabilização de um novo modelo econômico na região e não um fato isolado de transgressão das leis (SANO et al., 2011).

Estas distorções também foram observadas por Anacleto e Miziara (2006) no processo de ocupação de Mato Grosso, cujos proprietários foram beneficiados em função de amparo jurídico, facilidades de acesso e políticas de crédito. Isto fez com que a organização social estabelecida na Frente de Expansão fosse modificada, de maneira abrupta, e o resultado desta ação se expressa nos mais diversos problemas de ordem social, sobretudo, dos pequenos proprietários rurais.

3.3 A Chegada da fronteira agrícola no Oeste da Bahia

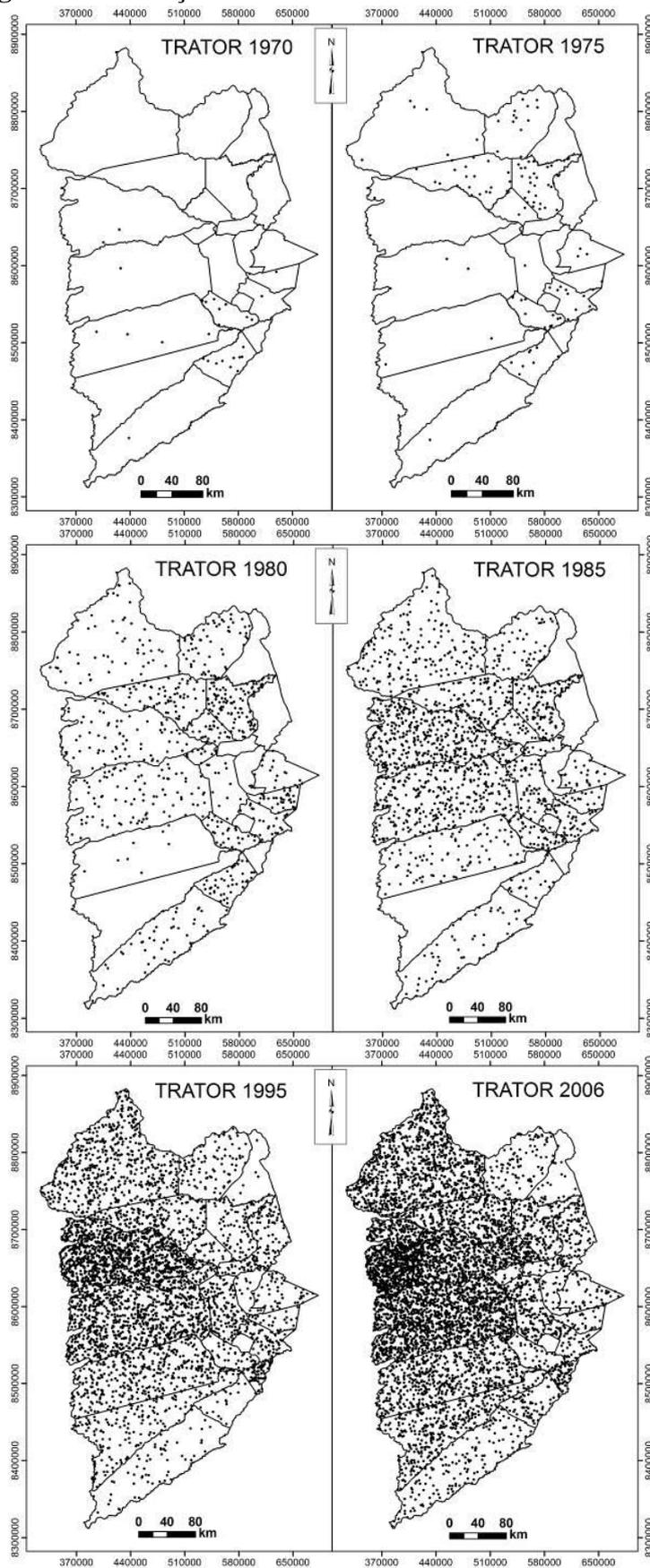
3.3.1 Tratores na agropecuária

Segundo Anacleto e Miziara (2006) a evolução do número de tratores comportou-se como indicadores da expansão da fronteira agrícola, apesar de ser apenas um dentre os diversos indicadores de padrão tecnológico, pós-Revolução Verde, e de possuir uma baixa capacidade de explicação do índice de desenvolvimento pela modernização.

Entre os anos de 1975 a 2006 houve um aumento do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários superior a 150 vezes, passando de uma frota de 42 tratores para 6.318 tratores para todo o Oeste da Bahia (Figura 6).

O maior crescimento da frota de tratores ocorreu justamente nos municípios onde se concentram maior influência da agricultura moderna, sob a penetração da cultura de grãos.

Observa-se uma maior expansão destes maquinários a partir da década de 1980, especificamente a partir de 1985, com destaque aos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério, com crescimento do número de tratores de 538%, 570,6% e 482,4 %, respectivamente, em comparação ao ano de 1980. Estes três municípios, somados ao de Luís Eduardo Magalhães, passaram a concentrar 62% da frota de tratores de todo Oeste da Bahia para o ano de 2006.

Figura 6 – Evolução do número de tratores no Oeste da Bahia

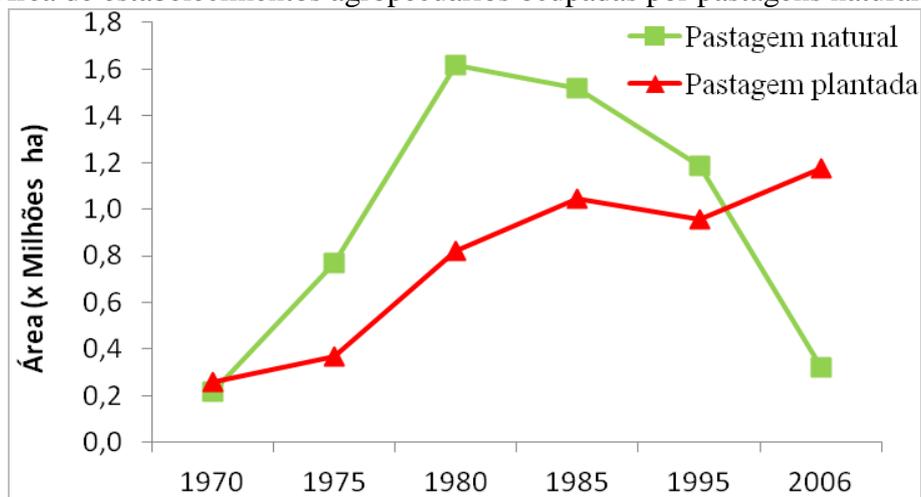
Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (1970-2006).

3.3.2 Uso do solo pela pecuária natural e plantada

O processo de ocupação dos solos aconteceu mediante duas análises histórico-temporais: pré-1985 e pós-1985. De 1970-1980, o que se observou foi uma evolução crescente da pastagem natural onde a área ocupada saiu de 218.658 ha para 1.617.669 ha, um aumento de 640%, comparado aos 213% de incremento de área para a pastagem plantada.

Por outro lado, com a chegada da fronteira agrícola (1985) houve modificações consideráveis quanto o uso do solo. O período de 1980-1985 caracterizou-se pelo aumento significativo da ocupação de pastagens plantadas (28%) em substituição às naturais (-6%). Em valores absolutos, as áreas ocupadas por pastagem natural declinaram em 80% durante o período de 1980-2006, produto da intensificação do uso do solo pela pecuária (Figura 7).

Figura 7 – Área de estabelecimentos agropecuários ocupadas por pastagens naturais e plantadas



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (1970-2006)

O aumento da área ocupada por pastagens plantadas representou a melhoria do nível de exploração da terra e o incremento de produtividade animal, alcançadas pela aplicação sucessiva de capital e tecnologia, resultando assim em mudanças do padrão tecnológico na pecuária, a partir da instalação da fronteira agrícola, o que difere significativamente do padrão ocupado pelas pastagens naturais.

Isto leva a compreender que antes de 1985 a expansão da pecuária ocorria mediante o crescimento horizontal de produção, ou seja, à custa da redução das áreas naturais de cerrado, o que explica a baixa produtividade, característica típica de pecuária extensiva.

Fatores como disponibilidade de terras em abundâncias, marcados pela presença de ocupantes, figuras representantes da Frente de Expansão, e conseqüentemente a inexistência de uma atividade econômica concorrente, possibilitaram o crescimento deste sistema de produção até o início da década de 1980, período em que a microrregião Barreiras apresentava expressiva ocupação por pastagem natural.

Surge então a adoção de um novo modelo de produção, conduzidas pelo aumento da produtividade animal e da taxa de lotação animal no pasto, porém em razão da menor oferta de área à expansão, as pastagens plantadas ganharam impulso mediante o uso de maior padrão tecnológico para a formação e manejo das pastagens. Esta mudança no padrão de uso e ocupação pela pecuária é reflexo da expansão da Frente Pioneira e da fronteira agrícola as quais seguiram um padrão similar de outras fronteiras agrícolas consolidadas, como o Cerrado goiano.

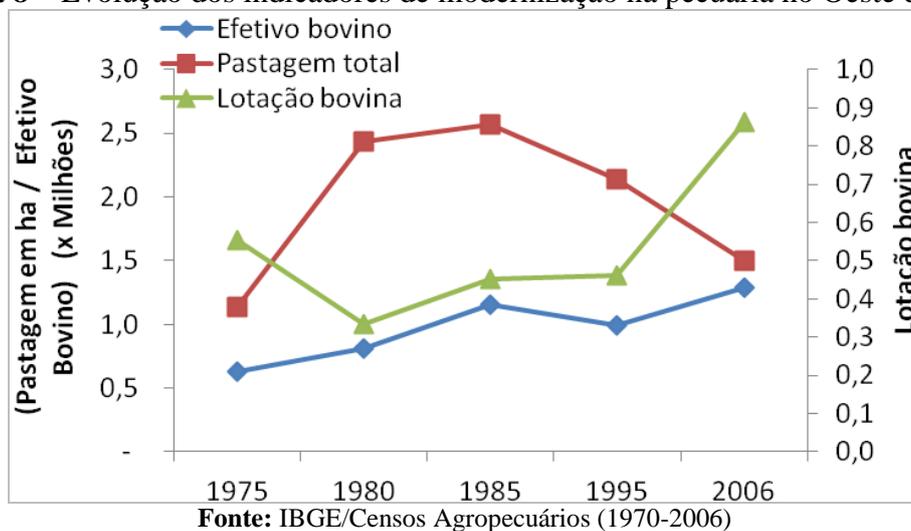
3.3.3 Efetivo Bovino e Lotação Animal

A Figura 8 representa a expansão do efetivo bovino no Oeste da Bahia. Observa-se um crescimento de 105 % (1975-2006) com rebanho inicial de 630157 cabeças e após trinta anos de uso e ocupação dos solos com 1.290.631 cabeças de gado.

Entretanto, no período de 1985 a 1995 houve uma regressão no número de cabeças na ordem de 14,4 %, o que implica numa perda de 166.045 animais. Tal redução coincide com a perda de área ocupada pela pastagem total, que é vista como consequência da chegada da fronteira agrícola, onde as áreas ocupadas pela pecuária cedem espaço para a ocupação da agricultura moderna.

À medida que se reduzia a pastagem total, aumentava-se o efetivo bovino, graças ao aumento da lotação bovina que cresceu 87 %, sobretudo a partir de 1995, quando a área de pastagem total sofreu uma retração de 30 % das áreas originais (-644.498,4 ha).

Figura 8 – Evolução dos indicadores de modernização na pecuária no Oeste da Bahia



Estes parâmetros evidenciam a intensificação do uso dos solos pela pecuária, representados, pelo aumento do padrão tecnológico neste tipo de atividade. A fim de corroborar, com a tecnificação da pecuária, o período de 1995-2006 também corresponde ao aumento de 23 % de pastagem plantada e uma redução de 73 % de pastagem natural, o que implica em dizer que em 2006 a pastagem plantada representava 79 % da pastagem total, portanto, bastante superior ao período de 1975, cuja pastagem plantada equivalia apenas a 32,5 % da pastagem total.

3.3.4 Uso do Solo pela Lavoura Temporária

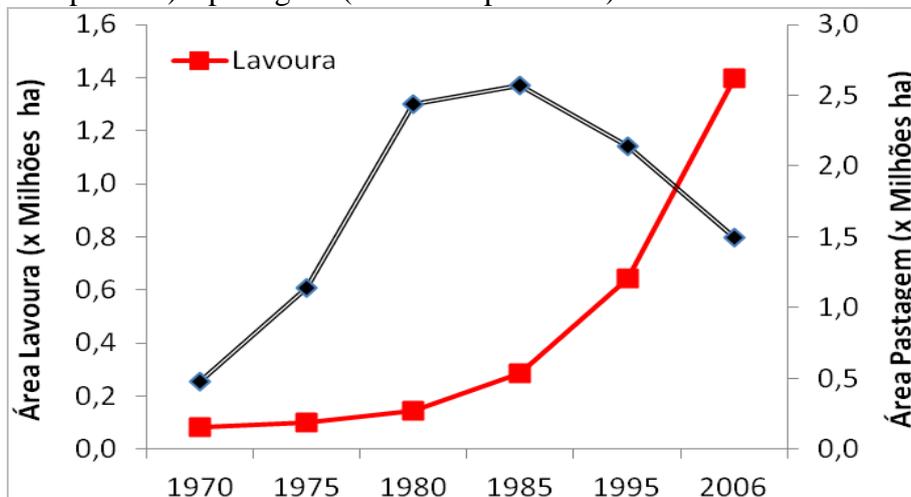
Quanto às lavouras temporárias, estas demonstraram uma ocupação não tão significativa quanto à pecuária, ou seja, baixa até o início da década de 1980, isto porque até a década de 1970 a agricultura no Oeste da Bahia era caracterizada por uma agricultura de subsistência (milho, mandioca, arroz e feijão).

A partir de 1985, houve uma notória mudança do perfil agrícola nestas áreas, por meio de uma agricultura intensiva, representada por uma crescente e acentuada ocupação a partir de 1985, sendo que a área agrícola plantada cresceu 352% em comparação a área de 2005, um salto de 225 mil hectares (1985) para 1,8 milhões de hectares de plantio em 2005 (SANO et al., 2011).

Ao analisar a dinâmica do uso e ocupação dos solos na mesorregião fica claro um significativo aumento das áreas dos estabelecimentos pela lavoura em detrimento das pastagens

totais (natural e plantada) e mediante a incorporação de novas áreas naturais ao ciclo produtivo das lavouras temporárias, em especial, a soja, a partir de 1985 (Figura 9).

Figura 9 – Áreas dos estabelecimentos agropecuários utilizados pelas lavouras (temporárias e perenes) e pastagens (naturais e plantadas) no Oeste da Bahia



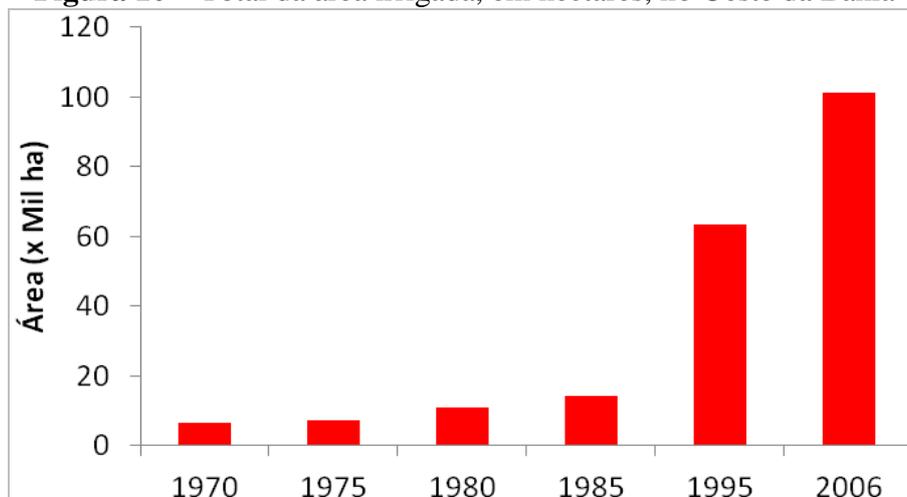
Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (1970-2006)

Pode-se afirmar que a conversão da cobertura natural para áreas agrícolas plantadas foi muito mais significativa que a sua conversão a partir da pecuária, o que difere do padrão de ocupação agrícola do Cerrado brasileiro, onde a expansão agrícola ocorreu, sobretudo a partir da pecuária degradada.

3.3.5 Terras Irrigadas

Comparando os períodos pré-1985 e pós-1985, observa-se um crescimento de áreas irrigadas totais numa proporção de 118% (1970-1985) e de 614 % (1985-2006), um aumento superior a 5 vezes do tamanho da área irrigada na mesorregião antes da chegada da fronteira agrícola (Figura 10).

Figura 10 – Total da área irrigada, em hectares, no Oeste da Bahia



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (1970-2006)

Torna-se evidente que o período pós- 1985 representa uma mudança no padrão tecnológico na produção agrícola, extremamente necessário à expansão vertical da produtividade agrícola da soja.

Assim como outros indicadores de expansão da fronteira agrícola, o maior crescimento das áreas irrigadas também ocorrera naqueles municípios de maior influência das commodities agrícolas: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério.

Apesar de haver uma correlação positiva entre o uso da irrigação e o aumento da produtividade da cobertura vegetal, percebeu-se com relação ao uso e ocupação do solo, que o incremento desta tecnologia é destinado de forma significativa às áreas ocupadas pela agricultura que pela pecuária, o que revela uma alta intensificação de uso do solo no primeiro tipo de ocupação.

3.3.6 Investimentos Totais

Entre 1970 a 1985 houve um incremento substancial de investimentos na mesorregião de 1.194% (Figura 11).

Figura 11 – Evolução dos investimentos totais anuais no Oeste da Bahia



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (1970-2006)

Este aumento sinaliza o ritmo de modernização da ocupação agropecuária devido à expansão do crédito subsidiado, sobretudo, a partir de 1980.

Depois de se observar esta expansão até a primeira metade da década de 1980 houve uma redução de 64,3% dos investimentos agropecuários entre o período de 1985 a 1996, cujo valor total de investimento era de R\$ 329.961.980,00 e R\$ 117.924.060,00, respectivamente.

Tal redução foi consequência de uma crise macroeconômica brasileira, instalada mediante distorções de políticas econômicas instáveis, como a política agrícola, ocorrida entre a década de 1980 até a primeira metade da década de 1990 que se reestabeleceu a partir da chegada do Plano Real (1994).

O incremento do investimento, a partir de 1994, representou uma readequação às novas necessidades do setor agrícola. E, por esta razão, o declínio do investimento anual relativo a 1985-2006 não é consequência de uma possível consolidação da fronteira agrícola, haja vista que em 1985 esta apenas iniciava-se no Cerrado baiano.

Não obstante, observa-se a partir de então, uma mudança da forma de uso da terra, que se resume numa modernização da base tecnológica, o fortalecimento da agroindústria e a incorporação horizontal de novas terras para a expansão da fronteira agrícola, o que implica numa ruptura das relações não capitalistas (Frente de Expansão) e uma intensificação das relações capitalistas provenientes da Frente Pioneira.

Portanto, o aumento da oferta de crédito foi absorvido pelo aumento da demanda de difusão do padrão tecnológico de produção e para a formação do preço das terras, o que possibilitou o desenvolvimento econômico dessa mesorregião a níveis tão significativos quanto aqueles ocorridos no Cerrado brasileiro.

Os investimentos agropecuários na microrregião Barreiras se deram inicialmente apenas no município de Barreiras (1970). Como ainda não havia se instalado a fronteira agrícola nesta região, a primeira atividade econômica a receber massivos investimentos, de capital, referiu-se a pecuária, sobretudo no município de Cotegipe (microrregião Cotegipe) cujo montante em 1975 ultrapassou valores de R\$ 57.400.000,00.

O aumento de investimentos agropecuários está intimamente associado à chegada da fronteira agrícola pela introdução da soja como vetor das formas capitalistas de produção, na microrregião Barreiras.

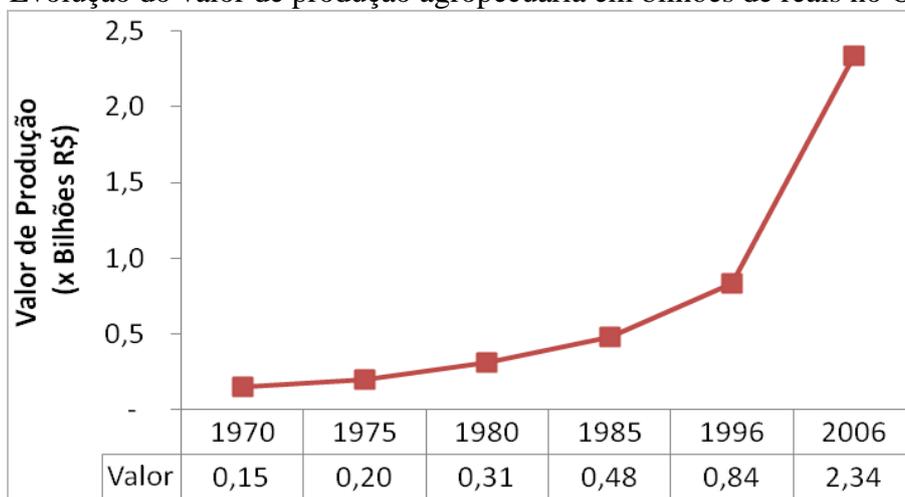
Apesar da intervenção do Estado em transformar a base de produção agrícola, pela instalação da fronteira, observa-se que este investimento, mediante os programas de ocupação e dos créditos subsidiados, centralizou-se nos municípios com maior significância de exportação das *commodities agrícolas*, tais como: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério, todos pertencentes à microrregião Barreiras, reflexo da heterogeneidade da fronteira agrícola.

3.3.7 Valores de Produção Agropecuária

Em análise é possível verificar uma evolução anual do valor de produção, sobretudo durante o período de 1996-2006 (Figura 12).

Nota-se uma evolução deste indicador naqueles municípios ocupados pelas lavouras temporárias, principalmente a partir de 1985. Entretanto, este crescimento linear não ocorreu a toda mesorregião, significativa apenas na microrregião Barreiras.

Figura 12 – Evolução do valor de produção agropecuária em bilhões de reais no Oeste da Bahia



Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário (1970-2006)

Assim como mostrado em outros indicadores, o período de 1996 refere-se ao avanço da tecnologia moderna nos sistemas de produção, tanto na agricultura quanto na pecuária moderna. Por esta razão, o período de 2006, representa a consolidação da fronteira agrícola, com o maior valor de produção concentrado nos municípios de Barreiras, Cotegipe, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério, sendo Cotegipe o único município de aptidão pecuária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A baixa densidade populacional em 1985 revelou um vazio demográfico existente nesta época, o que significa que a fronteira agrícola apenas iniciava-se.

As mudanças do perfil de produção, tanto das lavouras agrícolas quanto da atividade pecuária, são reflexos dos investimentos em capital e tecnologia no campo, reflexos da expansão do capital sob a modernização agrícola, bem como do estabelecimento da infraestrutura local (estradas) possibilitando a conectividade dos produtos agropecuários à economia nacional, frutos da associação da frente pioneira com a fronteira agrícola.

A diferença do grau de modernização no Oeste da Bahia provém, inicialmente, de uma baixa adequação da política de assistência técnica e financeira do Estado, a qual é aplicada somente naqueles municípios de maior desenvolvimento econômico e de maior produtividade das commodities agrícolas.

Observa-se, portanto, uma falta de uniformidade no grau de modernização entre as distintas microrregiões, como também entre os municípios de cada microrregião. Assim, a microrregião Barreiras se destacou entre as demais, bem como os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

Estes dados demonstram o caráter heterogêneo no processo de ocupação dos solos, característica típica de região de fronteira.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, T. C. S.; MIZIARA, F. Expansão de fronteiras e impactos socioambientais no Cerrado Matogrossense. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n.3, p. 527-538, 2006.

HAESBAERT, R. “**Gaúchos**” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. 387p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários da Bahia de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006**. Rio de Janeiro, 1970-2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 16 dez. 2012.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 187p.

MIZIARA, F. Condições estruturais e opção individual na formulação o conceito de “Fronteira Agrícola”. In: SILVA, L. S. D. (Org.). **Relações cidade-campo**: fronteiras. Goiânia: Editora UFG, 2000. p. 273 – 373.

MIZIARA, F.; FERREIRA, N. C. Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no Estado de Goiás: subsídios à política ambiental. In: FERREIRA JÚNIOR, L. G. (Org.). **A encruzilhada socioambiental**: biodiversidade, economia e sustentabilidade no Cerrado. Goiânia: Editora UFG, 2008, 107-127.

MONDARDO, M. L. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras - BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais. In: **Revista NERA**, ano 13, n. 17, p. 112-130, 2010.

SANO, E. E.; SANTOS, C. C. M.; SILVA, E. M. CHAVES. J. M. Fronteira agrícola do Oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais. In: **Geociências**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 479-489, 2011.

SANTOS, C. C. M. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 2007. 241p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2007.

SANTOS. C. C. M.. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. In: **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 76-108, 2008.

SANTOS FILHO, M. **O processo de urbanização no Oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989. 281p.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J. **O Cerrado brasileiro**: notas para estudo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, n.387, 2010, 15p.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F.; GUEDES, G. R.; MACHADO, C. J.; CARVALHO, J. A. M. Dinâmica demográfica e uso da terra no cerrado brasileiro: reflexões a partir da experiência do Padap. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.50, n.2, p. 319-331, 2012.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia**: 1980-2002. Salvador: SEI, 2003. 305p.

VELHO, O. G. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudos do processo de penetração numa área da transamazônica. 1972. In: ANACLETO, T. C. S.; MIZIARA, F. Expansão de fronteiras e impactos socioambientais no Cerrado Matogrossense. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n.3, p. 527- 538, 2006.

Data de submissão: 03.06.2014

Data de aceite: 09.07.2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.